

Anotações sobre a história do marxismo no Brasil¹

Por José Carlos Ruy²

1. Introdução – Pré história do marxismo no Brasil

As frequentes referências a Karl Marx em escritos de intelectuais brasileiros antes da década de 1920 têm sido encaradas muitas vezes como demonstração de uma precoce recepção de seu pensamento.

Entretanto, quando vista no contexto da época, esta tese é relativizada. Ela é reveladora sobre o radicalismo dos pensadores brasileiros de então, mas eles estavam longe de serem marxistas, e raramente foram socialistas.

Na segunda metade do século XIX, a Geração de 1870 havia rompido com o rotineiro pensamento dominante e procurou novos caminhos para compreender o Brasil, envolvida na luta contra o escravismo e pela República.

Foi uma geração radical, marcada por nomes como Tobias Barreto e Sílvio Romero (da chamada Escola de Recife), Euclides da Cunha, o propagandista republicano Silva Jardim, entre tantos outros que descortinaram as veredas para a modernização do conhecimento do Brasil, e lutaram pela superação das carcomidas estruturas políticas e sociais herdadas do passado colonial.

As referências a Marx, ao marxismo e à revolução social que aparecem em seus escritos fazem parte, assim, do esforço pela atualização da ciência social brasileira, enriquecendo a bibliografia com os grandes nomes da ciência social europeia contemporânea. Entre eles, e apenas lateralmente, o pensamento de Karl Marx.

O sergipano Tobias Barreto deve ter sido “o primeiro brasileiro a vibrar com a descoberta de Marx”, diz Gisálio Cerqueira Filho, e suas “ideias precursoras, embora vacilantes” repercutiram “entre seus discípulos da chamada escola de Recife, entre eles Silvio Romero” (Cerqueira Fº, 1978).

Há indícios, diz Cerqueira Filho, de que ele teria lido a terceira edição *O Capital*, de 1883, embora certamente não tenha sido o primeiro brasileiro a ler escritos de Marx que, supostamente, já teria leitores na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1875.

¹ Texto referente à aula introdutória (O significado histórico do marxismo-leninismo / elementos da história do marxismo-leninismo no Brasil) do Curso de Nível II da Escola Nacional do PCdoB. Roteiro elaborado em 2007. Revisto e atualizado em 2013.

² Jornalista, editor do jornal *A Classe Operária*, membro e professor do Núcleo de Ensino e Pesquisa *Estado e Classes Sociais* da Escola Nacional do PCdoB.

Para Cerqueira Filho tudo indica que Tobias Barreto foi o autor da primeira citação do nome de Marx em letra de forma em nosso país. Ela está no discurso pronunciado na formatura da turma de 1883 da Faculdade de Direito de Olinda, onde afirmou: “Karl Marx diz uma bela verdade, quando afirma que cada período tem as suas próprias leis... Logo que a vida atravessa um dado período evolutivo, logo que passa de um estágio a outro, ela começa também a ser dirigida por leis diferentes’. A questão cardeal do nosso tempo não é política e nem religiosa: É eminentemente social e econômica” (Chacon: 1965).

Mas não passou disso... Sílvio Romero, seu principal seguidor, em 1894 referiu-se aos “célebres estudos de Karl Marx e de Engels sobre as classes operárias na Inglaterra”. Romero, porém, considerava o socialismo prematuro para o Brasil, onde seria necessário, antes, desenvolver o capitalismo. “Um partido político e social operário no Brasil”, escreveu, “é uma criação prematura, artificial, que pode aproveitar a alguns jeitosos, porém, decerto, não vai servir ao operário, ao trabalhador nacional” (Romero, 2001).

Outro aluno de Tobias Barreto foi o jurista pernambucano Clóvis Bevilacqua que, em 1886 defendeu a introdução do imposto de renda, referindo-se a Marx em sua argumentação. “A escola socialista germânica de Marx e Lassalle”, escreveu, “pretende que o governo deve estabelecer uma taxa progressiva sobre os proprietários em proveito dos operários”. Estes escritores, disse, “se impõem à nossa simpatia, não tanto ela vida aventureira que levaram quanto pelo seu fervor em prol do proletariado e pelo cunho científico (principalmente Karl Marx) que procuram imprimir a seus escritos”. Mesmo assim, na continuação da frase revelou fortes reservas e um escasso conhecimento do pensamento de Marx. Ele queria, escreveu Bevilacqua, “um *socialismo científico*, tomando por base os trabalhos de Darwin, a anatomia, a antropologia, etc., e distanciando-se muito das teorias anteriores de Saint-Simon, Fourier, Cabet, Proudhon e Louis Blanc. Infelizmente suas doutrinas parecem que tem mais um caráter revolucionário do que construtivo” (Chacon, 1965).

Aquela que é provavelmente a mais citada referência a Marx feita por um renomado escritor da passagem entre os séculos XIX e XX talvez seja a de Euclides da Cunha, que levou inclusive muita gente a ver no grande escritor simpatias pelo marxismo e pela luta dos trabalhadores.

Euclides foi um engenheiro militar positivista. Quando morou em São José do Rio Pardo, em São Paulo, teve amigos socialistas e teria participado – há controvérsias a respeito – de um clube operário formado principalmente por imigrantes italianos e que, desde 1898, comemorava o 1º de maio na cidade. Em abril de 1900, eles fundaram o Clube Socialista dos Trabalhadores, que teve uma cisão em setembro desse ano, dando origem ao Clube Internacional Filhos do Trabalho, cuja sede tinha inclusive um retrato de Marx, algo inusitado para um tempo onde o previsível seria portar na parede a imagem de Bakunin ou Proudhon. Euclides teria dado aulas para os operários que militavam nessas organizações e, em 1901, teria ajudado a escrever o manifesto do partido socialista que eles fundaram (XXXXX5). xyxy

Foi logo depois, em 1º de maio de 1904, que ele publicou em *O Estado de S. Paulo*, o texto que seria seu passaporte para a plêiade de escritores socialistas intitulado “Um velho problema” onde diz, comentando a fome e a propriedade, ter sido com Marx, “um inflexível adversário de Proudhon”, que o “socialismo científico começou a usar uma linguagem mais firme, compreensível e positiva”, sem “idealizações: fatos; induções inabaláveis resultantes de uma análise rigorosa dos materiais objetivos”, da experiência e da observação. “A fonte única da produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho. Nem a terra, nem as máquinas, nem o capital, ainda coligados, as produzem sem o braço do operário. Daí uma conclusão irredutível: - a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham. E um conceito dedutivo: o capital é uma espoliação.

A conclusão de Euclides, naquele texto, apontava para uma compreensão mais profunda das contradições sociais. Mas ele não desenvolveu essa linha de pensamento e, a rigor, nem teve tempo para isso, pois deixou de viver em 1909.

O grande escritor marxista Rui Facó talvez tenha sido o responsável indireto pela generalização da tese da simpatia socialista de Euclides, e que alguns, depois, transformaram em simpatias pelo marxismo. Mas Facó não se deixou enganar, concluindo que o autor de *Os Sertões* permaneceu um “ecclético, sem ir adiante daquela breve e lúcida explanação sobre Marx” (Chacon: 1965).

Outro positivista que desenvolveu um pensamento revolucionário, próximo da dialética materialista, foi o propagandista republicano Silva Jardim. O historiador marxista Maurício Vinhas de Queiroz, chegou a considerá-lo, numa notável biografia, como “materialista dialético, sem dúvida um precursor do socialismo científico no Brasil” (Vinhas: 1965).

Exageros à parte, Silva Jardim – que foi um dos dirigentes da ala esquerda do Partido Republicano – teve ideias avançadas a respeito da necessidade da revolução no Brasil, e de um partido para dirigi-la. Ele defendia, diz Queiroz, “a tomada revolucionária do poder, não por um golpe ou quartelada, mas através de imenso movimento de massas dirigidas pela ‘vanguarda republicana’ – como gostava de expressar-se”. Numa conferência no Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1888, Silva Jardim demonstrou que tinha clara compreensão da divisão da sociedade em classes. Mas sua energia revolucionária era dirigida contra a monarquia, e sua análise, manifestada naquele pronunciamento público preconizava a harmonia entre proprietários e operários. “Harmonia belíssima que é proteção ao fraco, ao pobre, ao proletário, e vantagem ao forte, ao proprietário de riquezas” (Jardim, 1978). Era o programa democrático-burguês de um propagandista que temia o perigo da República ser “a monarquia sem o Imperador”, uma antevisão amarga do que foi a República, mas que ele não chegou a ver plenamente. Sem conseguir eleger-se para a Constituinte Republicana, afastado pelas artimanhas do setor republicano moderado que derrubou a monarquia e começou a construir o novo regime, Silva Jardim foi para uma viagem fatal à Europa. Em 1º de julho de 1891, ele caiu nas lavas do Vesúvio, na Itália. Tinha 30 anos de idade.

O médico e historiador sergipano Manoel Bomfim talvez tenha sido, entre aqueles brasileiros ilustres, o que mais se aproximou do pensamento de Marx. Seu livro de estreia, *A América Latina, males de origem*, publicado em 1905, foi uma severa crítica do imperialismo, do racismo triunfante em sua época, e das heranças coloniais ainda presentes na sociedade brasileira. Sinalizando as contradições antagônicas que opunhas as classes sociais e as nações, ele usou a metáfora médica de parasitas e parasitadas para descrevê-las. Parasitismo social que, escreveu, não foi eliminado pela lei que aboliu a escravidão no Brasil, e da qual foi um crítico severo daquela mudança que, segundo ele, favoreceu antes o fazendeiro, o proprietário, e não os trabalhadores, os ex-escravos. “O fazendeiro, que viveu sempre parasita, já não quer somente braços baratos; reclama também cotas diretas, em espécie – auxílio à lavoura, compensação aos lucros cessantes... Ontem parasita do escravo, hoje parasita do Estado”. “Em verdade, no Brasil, a luta entre os nacionais radicais e esses elementos (conservadores) não é luta de nacionalidades: *é o eterno conflito dos oprimidos e espoliados com o explorador dominante – dos parasitados e parasitas*” (9). Ele teria sido um leitor de Marx, assegura seu biógrafo, Ronaldo Conde Aguiar. “Há evidências de que, na época, além dos autores anarquistas, Manoel Bomfim já havia lido, em edições francesas, pelo menos o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), *As lutas de classe na França* (1850) e *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte* (1822)”, diz (Aguiar: 2000).

Mas, como os demais autores que citaram ou leram Marx naqueles anos, tinha também suas reservas quanto às consequências de seu pensamento, como registrou em *Obra do germanismo*, citado por Aguiar: “a Alemanha foi romântica, liricamente sonhadora, numa inspiração nebulosa e vaga, para ser humanitariamente utopista e revoltada. Não admira, por conseguinte, que do espírito alemão tivesse surgido o materialismo histórico de Karl Marx. Quando todas as outras civilizações reclamavam, em nome da justiça, contra a espoliação dos trabalhadores; enquanto o gênio russo exprime-se nas teorias libertárias de Bakunin, e o francês nos processos humanos e associativos de Saint-Simon e de Blanqui; o alemão produz a teoria da luta econômica – a luta de classes como norma explicativa, a luta como processo normal de solução”. E isto era um problema, em sua forma de ver.

Algumas décadas depois, o advogado Edgard Castro Rebelo foi provavelmente o primeiro acadêmico brasileiro a proclamar-se marxista. Ele era professor de Direito Comercial e se declarou marxista no Congresso Jurídico Nacional de 1922. Rebelo não chegou a ser um militante (embora tenha participado da fundação do Partido Socialista Brasileiro em 1947), mas na década de 1920 polemizou com os anarquistas, e foi autor de uma importante biografia do Visconde de Mauá, escrita sob o ponto de vista marxista e publicada em 1932 (Moraes Fº: 1981).

A ideia do socialismo como fraternidade universal era muito arraigada entre aqueles escritores, e mesmo um autor que estava na periferia da nação, como Higinio Cunha, descrito por Gilberto Freyre como “um típico anticlerical de sua época” (Freire: 1974). Ele publicou em Teresina (PI), em 1912, um livro chamado *O*

idealismo filosófico e o ideal artístico, partilhava desta visão; alinou-se entre os que fizeram a denúncia precoce do imperialismo estadunidense, escrevendo que os “fatos recentes e atuais provam que o imperialismo prossegue na sua marcha triunfal”. Defendia o socialismo em oposição ao individualismo e citou, entre seus mestres, os nomes de Marx, Owen e Karl Liebknecht (Freire: 1974).

Havia aqueles que pregavam a modernização das formas de luta, como o militante socialista e dirigente operário carioca Mariano Garcia que, em 1902, escreveu já ser “tempo das classes trabalhadoras indígenas desprezarem as velhas formas de luta – sociedades beneficentes, religiosas e patrióticas – por imprestáveis e medievais, e se arremetarem debaixo das normas modernas da ‘luta de classes’” (Cerqueira Fº: 1978).

O reformismo era muito forte entre boa parte daqueles militantes, e se manifestava na resistência à formas de luta mais radicais. Um exemplo é o de José H. O. Costa que, em 1903, escreveu que não “será por intermédio da violência da revolução sanguinolenta que se realizará a reorganização da sociedade segundo os ditames da lei universal, e sim pela evolução gradual, pacífica e pela doutrinação do socialismo puro” (Cerqueira Fº: 1978).

2. O marxismo no movimento operário antes da fundação do Partido Comunista do Brasil

Aparentemente, o único entre os escritores que se referiram a Marx no período que chamei de “pré-história” do marxismo no Brasil que se aproximou do proletariado foi Euclides da Cunha, e mesmo assim superficialmente, tudo indica.

Aqueles escritores estavam na luta política e ideológica, queriam a modernização do Brasil, defendiam métodos mais ou menos radicais para a mudança, mas eram a ponta de lança da revolução democrático-burguesa que se desenvolvia a fogo lento.

Eles tiveram grandes méritos, mas foi outro grupo de escritores que praticamente deu início à história do marxismo no Brasil. Ele é formado por um conjunto expressivo e diversificado de intelectuais ligados ao movimento dos trabalhadores e à sua luta, e que estudaram as ideias marxistas, nutridas através das mais diferentes fontes, buscando suporte teórico e doutrinário para sua atividade.

São escritores que formaram uma espécie de elo de ligação entre as lutas pela abolição da escravatura e pela República, e a luta proletária e socialista no Brasil. Um deles foi o jornalista Evaristo de Moraes, que lutou contra o escravismo e a monarquia, ao lado de Silva Jardim e, depois, participou de greves operárias e da organização de sindicatos e partidos socialistas; mais tarde, tornou-se advogado de trabalhadores. Em seus *Apontamentos de Direito Operário*, de 1905, ele citou favoravelmente Marx comentando as duras condições em que o trabalhador é obrigado a vender sua força de trabalho: “Karl Marx já havia dito que, não obstante parecer

que o trabalhador vende livremente seu trabalho, bem se percebe, afinal, que ele não é um agente livre; que o tempo pelo qual ele desempenha seu esforço lhe é imposto pelas circunstâncias; e o capitalismo devorador não abandona a presa enquanto tem a sugar uns restos de sangue e de músculo!” (Moraes Fº: 1981).

Cabe citar também, entre estes escritores, o romancista Lima Barreto que, embora não tivesse se pronunciado sobre o marxismo ou sobre o nome de Karl Marx, viu com grande simpatia a Revolução Russa de 1917, que lhe inspirou um longo artigo, publicado em maio de 1918, no qual defendia o ajuste de contas do povo e dos trabalhadores com a “burguesia cruel, sem caridade, piedade e cavalheirismo” através da “nossa Revolução Social” (citado em Bandeira: 1980).

Entre aqueles ligados propriamente ao esforço para organizar os trabalhadores e difundir o marxismo no Brasil, destaca-se o médico sergipano Silvério Fontes, que morou quase toda a vida em Santos (SP), onde, em 12 de dezembro de 1889, com Carlos Escobar, Ascendino Reis, Sóter Araújo e outros militantes, fundou o Círculo Socialista de Santos que, em 1895, transformou-se no Centro Socialista de Santos, transformado em 1902 no Partido Socialista Brasileiro.

O Centro publicou a revista *A Questão Social*, em cujo artigo de apresentação Silvério Fontes escreveu: “Resultando de estudos acurados de uma plêiade de pensadores, representando o *primus inter pares*, Karl Marx, o socialismo encontrou, principalmente na Alemanha, sua base científica”. Em outro texto, publicado na revista, assegurou que “Se cada socialista deve levar uma pedra para o novo edifício social, o Centro de Santos sente-se satisfeito de ter iniciado, entre nós, a propaganda da doutrina reformadora, estribando-se na trilogia marxista: materialismo da história, determinismo econômico e luta de classes”.

Silvério Fontes foi um dos pioneiros do marxismo no Brasil - Astrojildo Pereira o considerou o “primeiro socialista brasileiro de formação marxista”. Ele é “citado não apenas como entusiasta e estudioso de Marx, mas como verdadeiro pioneiro em termos da divulgação das ideias socialistas no Brasil” (Pereira: 1979).

Em 1902, ele esteve entre os fundadores, naquela cidade paulista, do primeiro Partido Socialista Brasileiro (houve uma série deles antes) cujo programa recomendava uma lista de livros para o estudo do socialismo científico, entre os quais obras de Karl Marx, Friedrich Engels, August Bebel, J. Jaurès, e outros.

Silvério Fontes foi um importante elo entre as intensas jornadas abolicionistas e republicanas e o movimento comunista no Brasil, pois se filiou ao Partido Comunista do Brasil em 1922.

Na ala moderada da luta operária destacou-se o dirigente socialista de origem italiano Antonio Piccarolo que, embora formado nas lutas sociais da Itália do final do século XIX, era mais evolucionista do que propriamente marxista. Ele começou sua atividade política no Partido Socialista Italiano, tendo participado do Congresso de sua fundação, em 1892. Lá, teve contatos com a corrente marxista, que era minoritária no Congresso. Quando desembarcou no Brasil, em 1904, trazia consigo este marxismo mitigado, temperado na luta contra os

anarquistas e, depois de 1917, contra os bolcheviques que dirigiram a revolução russa. No Brasil, participou do Centro Socialista Paulistano e publicou, em 1908, o livro *O socialismo no Brasil*.

Uma das consequências da Revolução Russa de 1917 foi a forte difusão do marxismo-leninismo no movimento operário, em todo o mundo, superando interpretações reformistas do marxismo. Na França, em 1919, para defender a revolução e lutar contra a guerra, surgiu o grupo *Clarté (Claridade)*, criado pelo escritor comunista Henri Barbusse, e que reuniu a intelectualidade progressistas (Anatole France, Romain Rolland, Georges Duhamel, Paul Langevin, etc) e influenciou a criação de grupos semelhantes em vários países.

No Brasil, o Grupo Clarté foi criado no Rio de Janeiro em 1920, incluindo intelectuais e militantes como Evaristo de Moraes, Nicanor Nascimento, Maurício de Lacerda, Agripino Nazaré, Everardo Dias, Joaquim Pimenta – eram mais de trinta pessoas. Em setembro de 1921, publicou a revista *Clarté*, que defendia a reforma social e a revolução russa.

Em São Paulo, por iniciativa do escritor Afonso Schmidt, em 1920 surgiu o Grupo Comunista Brasileiro Zumbi, em São Paulo, filiado ao grupo *Clarté* do Rio de Janeiro.

Estas entidades faziam parte de uma série de grupos operários, socialistas ou, mais tarde, comunistas, que levaram depois à formação do Partido Comunista do Brasil. Um pioneiro foi o Centro das Classes Operárias, do Rio de Janeiro, que apareceu mais ou menos na época da criação do Círculo Socialista de Santos, em 1889. Nesse ano, dirigiu um movimento contra dois artigos do código penal que consideravam a greve como crime.

Depois da Revolução de 1917, as organizações comunistas proliferaram pelo país. Em 1918 surgiu a Liga Comunista de Livramento (RS), fundada por Santos Soares; no Rio Grande do Sul surgiram entidades semelhantes em Passo Fundo (Centro Comunista) e Rio Grande (União Operária, cuja fachada havia a consigna: “Operários de todos os países, uni-vos”). Em Porto Alegre, Abílio de Nequete fundou a União Maximalista. Em Cruzeiro (SP), em 1917 Hermogêneo Silva fundou a União Operária 1º de Maio. Em Recife (PE), em 1919, Cristiano Cordeiro e Rodolfo Coutinho fundaram o Círculo de Estudos Marxistas, Recife; Em Maceió, em 1917, foi criada a Sociedade dos Irreverentes, socialista e, no ano seguinte, a Congregação Libertadora da Terra e do Homem. Havia um grupo comunista também em Juiz de Fora (MG).

Os grupos comunistas promoveram a primeira onda de difusão do pensamento marxista no Brasil, principalmente entre os militantes da luta proletária e socialista, e construíram os alicerces para a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922. Astrojildo Pereira vinha promovendo reuniões de trabalhadores desde 1921 para debater a crise do anarquismo e sua incapacidade para formular um programa político para a luta proletária pois, escreveu mais tarde, “faltava porém um centro coordenador, um comando geral à altura das circunstâncias, em suma, uma direção política, que só um partido independente de classe poderia imprimir a

todo o movimento”. Em janeiro de 1922, o grupo do Rio de Janeiro começou a publicar o periódico *Movimento Comunista*. A fundação de uma direção comunista unificada no Brasil estava em marcha...

3. A fundação do Partido Comunista do Brasil e a introdução do marxismo no Brasil

O historiador Edgard Carone fez uma avaliação severa da situação do conhecimento marxista no Brasil no início do século XX. “O relativo desconhecimento de Marx e Engels entre nós permite-nos afirmar que no Brasil não existem discípulos seus até a década de 1920, mas unicamente alguns leitores”, escreveu (Carone: 1986).

Com a fundação do Partido Comunista do Brasil, o marxismo teve sua expressão orgânica, procurando cumprir a exigência de união entre teoria e prática preconizada por Marx ao prever que “a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas” (Marx: 2005).

O marxismo era ainda, nesta parte do mundo, uma teoria débil e mal assimilada, não existindo no Brasil os instrumentos fundamentais para isso: os textos originais de Marx e Engels, que eram raros mesmo em língua portuguesa.

Nesse sentido, uma das primeiras providências dos comunistas brasileiros foi traduzir o *Manifesto do Partido Comunista*. Houve duas traduções anteriores, muito precárias pois foram publicadas em fascículos, na imprensa socialista. Uma delas surgiu em Porto Alegre, em 1919. Outra foi publicada no mesmo ano, no Rio de Janeiro, traduzida pelo alemão George Magh, que também traduziu trechos de *O Capital*. Mas a primeira vez que o *Manifesto* apareceu sob a forma de livro foi em 1923, traduzido por Octávio Brandão. E, de cara, enfrentou a repressão e a intolerância: em abril ou maio de 1924, diz Astrojildo, a agência dos Correios de Porto Alegre mandou queimar centenas de exemplares do folheto.

Entretanto, até “a década de 20”, escreveu Edgard Carone, “o operariado, como um todo, tem reduzidas possibilidades de se suprir de fontes de conhecimento” (Carone: 1986).

Nesse quadro, Astrojildo Pereira, que era uma importante liderança proletária daqueles anos, foi um propagandista incansável. Carone examinou três cadernos onde ele anotou empréstimos de livros e revistas de divulgação marxista, na década de 1920. Ali constam os nomes de simpatizantes, espalhados por vários estados (Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo), para os quais Astrojildo enviava livros e revistas teóricos do marxismo. Traz também os títulos emprestados, entre eles as Teses do II Congresso da Internacional Comunista, o *Manifesto Comunista* e *Noções do Comunismo*, do francês Charles Rappoport (Carone: 1986).

Foi também daqueles anos iniciais que Octávio Brandão escreveu a primeira tentativa de análise marxista da situação social brasileira, o livro *Agrarismo e Industrialismo*, dado como publicado em Buenos Aires, de autoria de Fritz Mayer, artifícios para fugir à polícia política do governo de Artur Bernardes. O livro é um exame, a partir das categorias marxista, do levante tenentista de 1924 em São Paulo e da luta de classes no Brasil, e conclui pela iminência de uma “terceira revolução” (as primeiras foram os levantes tenentistas de 1922 e 1924), e da necessidade da aliança entre o proletariado e a pequena burguesia revolucionária (Brandão: 2006). Estas teses foram condenadas pela Internacional Comunista e pelo seu Bureau Sul Americano no final da década de 1920, resultando no afastamento do grupo de Astrojildo e Brandão da direção do partido.

Naquele ambiente de um marxismo mal assimilado e inicial entre os comunistas brasileiros, a influência da Internacional Comunista era determinante. E foi através dos esforços centralizados na Escola Leninista, em Moscou, que se procurou eliminar aquelas debilidades. Foi naqueles anos iniciais que as primeiras turmas de estudantes brasileiros foram enviadas para a Escola Leninista Internacional, em Moscou. Heitor Ferreira Lima, que foi o primeiro brasileiro a estudar naquela instituição, em 1927, deixou em suas memórias, um relato sobre o funcionamento da escola, onde ficou durante três anos, e cujo programa incluía a leitura de *O Capital*, aulas de história (contemporânea, história do movimento operário e da revolução russa), sindicalismo, questão agrária, filosofia, organização partidária, e treinamento militar. “O método de ensino adotado era o de seminário, em que o professor fazia uma preleção introdutória, ressaltando os aspectos e ângulos do tema a estudar, escolhendo-se o relator ou relatores, de acordo com sua extensão, e por fim era indicada a bibliografia a ser usada”, quase sempre em francês. “Duas semanas mais tarde, o relator (ou relatores) fazia sua exposição, oralmente, baseado em apontamentos tomados ou inteiramente por escrito”. Depois, havia discussão em grupo, finalizada por um balanço do relatório e da discussão, apresentado pelo professor (Lima: 1982).

4. Década de 1930 – influência da Internacional Comunista

A década de 1930 foi um período de grande efervescência política e, em consequência, ideológica no Brasil. Foi uma época de grandes transformações em nossa sociedade, quando a contestação democrática radicalizada pela classe média (em especial pelos *tenentes*) na década anterior, teve, como consequência, a derrocada da chamada República Velha e a abertura de um novo período na história brasileira.

Ocorre, então, diz Edgard Carone, uma “multiplicação espantosa de livros marxistas e de editoras voltadas exclusivamente a esta linha de pensamento, ou de outras que publicam esse gênero, por ser de venda garantida”. Surgem então editoras como Pax, Cultura Brasileira, Calvino, entre outras, publicando obras de Marx, Engels, Lênin e de outros autores comunistas, entre eles Stálin, Plekanov, Max Beer, Bukharin, etc (Carone: 1986).

“De maneira geral, pode-se afirmar que o dominante nas traduções são obras que tratam dos problemas de organização e ideologias partidárias. As que dizem respeito à doutrina, propriamente dita, são em número bem menor”. Muitas editoras são ligadas diretamente ao Partido Comunista do Brasil, como por exemplo a Edições Caramuru, de 1934 (Carone: 1986).

Leôncio Basbaum publica, em 1934 (sob o pseudônimo de Augusto Machado, para iludir a censura) seu *Caminho da revolução operária e camponesa* (1934), no qual analisou a revolução de 1930, sob o ponto de vista marxista, encarando-a como uma disputa (que chamou de “outubrada”) entre dois imperialismos, o britânico e o norte-americano (representados pelos grandes fazendeiros de café, aliados dos britânicos, e por estancieiros ligados a empresas industriais dos EUA). E pensava, assim que aquele movimento era estranho aos interesses do proletariado. “Dentro de toda essa confusão de contradições, existente entre os diversos grupos feudal-burgueses, somente um único partido se coloca contra essa solução da crise, solução capitalista, opondo uma outra solução, a revolucionária – é o Partido Comunista do Brasil” (Basbaum: 1931) Nesse livro Basbaum foi também pioneiro em analisar a questão racial no Brasil, encarada como uma dimensão específica da luta de classes. Mais tarde, ele foi o autor de um importante esforço para a compreensão da história contemporânea - a *História Sincera da República*.

Foi também na década de 1930 que começam a publicar seus livros dois autores comunistas que teriam enorme influência nas décadas seguintes: Caio Prado Jr publicou *Evolução Política do Brasil* em 1933, e Nelson Werneck Sodré, cujo *Panorama do Segundo Império* saiu em 1939. São autores que vão marcar o debate marxista sobre a formação social brasileira, acentuadamente nas décadas posteriores a 1950.

É preciso, ainda, fazer uma referência, mesmo que sumária, ao trotskismo no Brasil, que começou a se organizar relativamente cedo. No final da década de 1920 ele surgiu em torno da chamada “oposição de esquerda” à direção do PCB; na década de 1930 já reunia figuras como Rodolfo Coutinho (que esteve entre os fundadores do Partido Comunista do Brasil e foi um dos líderes da Oposição de Esquerda à direção do PCB, no final dos anos 20), Mario Pedrosa e Lívio Xavier.

O marxismo desta corrente foi fortemente marcado pela resistência ao stalinismo e, no Brasil, às teses hegemônicas formuladas sobretudo por Astrojildo Pereira e Octávio Brandão. Defendiam a revolução operário/camponesa e não aceitavam as propostas de ampla aliança das forças progressistas e de esquerda.

5. A crise do comunismo na década de 1950 e o desenvolvimento do marxismo no Brasil

O domínio do marxismo se fortalece após o final da Segunda Guerra Mundial; naquela conjuntura o Partido Comunista do Brasil foi legalizado e participou de eleições, com grande êxito. A eleição de 5 de dezembro de 1945 foi um marco na história do Partido Comunista no Brasil, que elegeu 14 deputados e um senador constituintes e teve quase 10% dos votos para a presidência da República, consagrando-se como a quarta maior força política, em termos eleitorais, e alcançando um prestígio entre o povo, os patriotas e os democratas que foi encarado, pela classe dominante, como uma ameaça inesperada.

Naquela época o domínio do marxismo, que ainda era débil entre os brasileiros, começou a dar passos importantes em seu desenvolvimento. Já ao final da Segunda Grande Guerra surgiram editoras comunistas dedicadas à difusão de textos marxistas. Eram três principais, com a Editorial Vitória (criada em 1944) à frente. Foram criados também, em quase todos os estados e em algumas cidades grandes. O primeiro e que ela edita Marx e En mais importante foi a Tribuna Popular, que começou a circular em 22 de maio de 1945, na cidade do Rio de Janeiro.

“No começo de 1945”, diz Edgard Carone, “as três editoras comunistas estão consolidadas. Pela primeira vez o partido terá seu próprio órgão de propaganda. Dentro de um critério de trabalho, a Leitura volta-se preferentemente para romances (...); a Horizonte dedica-se a difundir a obra dos militantes do PCB, a tratar de temas políticos gerais e de teoria; a Vitória é a mais a circunstancial de guerra, livros de ideologia”. Foi a Vitória, diz o historiador, que iniciou um “movimento editorial de caráter excepcional, pelo seu número, pela seleção que fez e pela abertura de temáticas as mais variadas” (Carone, 1986). Destacam-se, entre os livros, as obras de Marx e Engels, pela primeira vez são amplamente publicadas e difundidas no Brasil.

Foram criados assim os instrumentos objetivos para uma difusão, entre os brasileiros, de obras que permitissem um domínio mais pleno do marxismo.

Esse domínio do pensamento marxista por militantes brasileiros se fortaleceu, também, pela retomada dos cursos realizados na União Soviética e pela instituição de cursos de marxismo pelo próprio Partido Comunista do Brasil, os famosos cursos Stálin e Lênin.

Desde o início da década de 1950 intensifica-se a participação de comunistas brasileiros em cursos na URSS – programa: organização partidária, economia política e filosofia.

Foram pelo menos três turmas; eram grandes; uma delas tinha quase 50 pessoas – filosofia, economia política, história do PCUS, - no início, o curso durava três anos; depois, foi reduzido pela metade do tempo – eram 6 horas diárias de aula, além dos debates e consultas aos professores para eliminar dúvidas.

Para os cursos em Moscou foram enviadas pelo menos três turmas, que eram grandes: uma delas tinha quase 50 pessoas. O programa do curso incluía filosofia, economia política, história do PCUS. Inicialmente cada curso

durava três anos; depois, foi reduzido pela metade do tempo; eram 6 horas diárias de aula, além dos debates e consultas aos professores para eliminar dúvidas.

No Brasil, os cursos Stálin e Lênin foram criados a partir de 1950. O curso Stálin destinava-se aos quadros intermediários, embora também incluísse alguns do Comitê Central. “Os cursos eram feitos em aparelhos afastados, provavelmente localizados nos subúrbios ou nas áreas escassamente povoadas, no Rio de Janeiro, onde, ao que parece, se realizavam todos, senão o grosso dos cursos. Éramos levados chamados e levados ao local dos cursos dentro das normas de estrita segurança” (Konder: 2002). O programa incluía noções de marxismo, economia marxista, o quadro brasileiro, com análise da economia, das classes sociais e da dependência ao imperialismo. Tratava também de problemas da estratégia e tática.

O Partido promoveu, Marco Antônio Tavares Coelho diz que, na época, participou desses cursos, “um vasto trabalho de preparação de seus militantes, a fim de que a organização pudesse impulsionar transformações revolucionárias” (Coelho: 2000). Os cursos ocorreram em algumas capitais importantes, como São Paulo, Rio, Recife e outras, tendo sido criada “a infraestrutura necessária, com escolas clandestinas, automóveis, motoristas e auxiliares indispensáveis à realização de cursos de pequena e longa duração” (idem).

Seu público era formado por “quadros que ocupavam postos nas direções intermediárias (estaduais, municipais e distritais)” e atendiam uma urgência de capacitação “era sentida porque desde 1947 o Partido estava sofrendo sucessivas derrotas, pois era impossível avançar com a política que preconizávamos” (idem).

O Curso Stálin durava 30 dias, com aulas sobre orientação política, economia (era usado o livro *Problemas Econômicos do socialismo na União Soviética*), ética comunista (baseada no livro *Como ser um bom comunista*, de Liu Shao-Tsi). “Nos anos de 1953 e 1954 muitos desses ‘Cursos Stálin’ foram realizados em diversos comitês estaduais, como os de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal, Pernambuco, Estado do Rio, além daqueles diretamente ministrados pela direção central” (Coelho: 2000).

Havia também um curso de nível superior, ministrado numa escola clandestina dirigida por Mário Alves, “que havia retornado de Moscou, onde estudara na Escola de Quadros do PCUS” (idem). Tinha três meses de duração, sendo baseado no Manual de economia política da Academia de Ciências da URSS e aulas sobre a evolução dos modos de produção, desde o comunismo primitivo até o capitalismo. No estudo do capitalismo, detinha-se na formação da mais valia. Eram também examinadas as questões referentes ao imperialismo e, numa segunda parte, eram analisados os problemas econômicos da construção do socialismo, havia lições sobre a situação do Brasil e algumas aulas especiais. “Recordo-me de quatro dessas. Uma sobre a luta no Vietnã, outra analisando a revolução chinesa, esta a cargo de Carlos Marighela. Alberto Passos Guimarães ministrava uma aula sobre rendas da terra. E outra era a baseada no texto “Como ser um bom comunista”, destinada a incutir princípios ideológicos na formação de militantes” (Coelho: 2000).

Entre 1953 e 1954 foram realizados Cursos Stálin pelos comitês estaduais de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco, Distrito Federal, além de outros ministrados diretamente pela direção nacional.

Um balanço apresentado ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, em 1954, revelou a abrangência dos cursos e dá uma indicação da importância que tiveram para o domínio da teoria pelos comunistas brasileiros. Segundo aquele balanço, entre 1951 e 1954 passaram pelos cursos do Partido 1.960 alunos nos cursos elementares (de até quatro dias de duração); 1.492 alunos nos cursos médios (de seis a 15 dias de duração); e 554 alunos no curso superior do Comitê Central. No total foram 4.006 alunos que passaram pelos cursos do Partido (Bahia: 1954).

Este esforço de formação comunista sofreu forte impacto negativo devido à crise deflagrada pela realização do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, onde surgiram fortes críticas contra Stálin e foi adotada uma orientação revisionista cujo resultado foi a divisão do movimento comunista mundial entre duas correntes - uma que acatou a orientação revisionista soviética, e outra que permaneceu fiel à revolução e à ortodoxia marxista leninista.

A crise do marxismo nos anos 50, resultado das denúncias contra Stálin no XX Congresso do PCUS e sua repercussão entre os marxistas brasileiros, as consequências dos levantes húngaro e polonês, reprimidos duramente por tropas soviéticas, e a estagnação teórica do marxismo sob influência soviética, também foram fatores que influíram na domesticação do pensamento de Marx por professores universitários que o adotavam como método, mas não como guia para a ação.

No Brasil, uma das consequências da crise foi a migração do marxismo, que cada vez mais passou do Partido para a universidade, diz o historiador José Cláudio Barriguelli (Barriguelli: 1984).

Era, diz ele, um marxismo "amaciado", com ênfase no método, e não na luta política. A "fragilidade do marxismo combatente, ocupado em organizar as massas (1945/1964)", diz ele, e o espírito liberal dominante na universidade (que garantiu, até 1968, um certo reinado dos "pensadores críticos") permitiram que aquela geração "transformasse a universidade no cenário formal das 'lutas teóricas'". Assim, com a academização, o "marxismo foi apropriado por forças exteriores ao Partido" (Barriguelli: 1984).

Um importante sinal desta apropriação do marxismo por professores universitário foi o chamado Seminário Marx que ocorria em São Paulo e reunia professores que haviam criado o "grupo de Marx" (ou "Seminário Marx), para debater *O Capital*. Funcionou entre 1961 e 1964, com reuniões semanais, sendo formado por intelectuais que, nas décadas seguintes, se destacariam no cenário brasileiro: José Arthur Giannotti (líder do grupo); Fernando Henrique Cardoso (que, mais tarde seria presidente da República de um governo marcado por

políticas da direita neoliberal); o historiador Fernando Novaes; o economista Paul Singer; os sociólogos Octávio Ianni e Leôncio Martins Rodrigues; o professor de literatura Roberto Schwarz. entre muitos outros.

Há notícias também de grupo semelhante que se reunia no Rio de Janeiro, na mesma época, organizado em torno do professor Maurício Vinhas de Queiroz, e que se concentrava sobretudo no estudo do jovem Marx (Velho: 2008).

Merece ainda referência a influência do pensamento marxista entre os membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que era ligado ao Ministério da Educação e Cultura e reunia a intelectualidade avançada da época.

A década de 1960 conheceu também a difusão, principalmente na universidade, da obra de importantes correntes e autores marxistas, entre eles o francês Louis Althusser, o italiano Antônio Gramsci, os autores da chamada Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, Walter Benjamin), o húngaro George Lukács. No Partido Comunista do Brasil foi a época do auge da influência do pensamento de Mao Tse Tung; no Partido Comunista Brasileiro (que reuniu, depois de 1962, a facção que apoiava Luiz Carlos Prestes e concordava com as mudanças ocorridas na União Soviética desde o XX Congresso) predominava o chamado eurocomunismo, e também apropriação o pensamento de Antônio Gramsci). Em outras correntes, como a Ação Libertadora Nacional (ALN) a influência mais forte era do revolucionário argentino-cubano Ernesto Che Guevara, com sua teoria do foco insurrecional.

Nas décadas de 1960 e 1970 houve acentuado debate, entre os marxistas brasileiros, a respeito de um conjunto de temas relevantes. Um deles dizia respeito à natureza da formação histórico-social brasileira, opondo aqueles para quem o feudalismo havia predominado, aos que pensavam que o modo de produção capitalista havia prevalecido desde o início da colonização (debate resolvido na década de 1970 com a publicação do livro *O Escravismo Colonial*, de Jacob Gorender, segundo o qual na verdade o modo de produção que havia prevalecido desde o início da colonização foi o modo de produção escravista).

O debate foi marcado, também, pelas discussões e posições divergentes sobre os rumos e a natureza da revolução brasileira (se era já socialista, ou se seria democrático-burguesa); outro tema que inquietou os marxistas brasileiros dizia respeito à natureza da organização revolucionária, opondo, na época, aqueles que defendiam o partido de tipo leninista, cuja organização é baseada no centralismo democrático, aos que defendiam formas de organização mais fluidas, entre elas o chamado foco revolucionário de inspiração guevarista. Uma forte polêmica existiu, sobretudo entre membros do Partido Comunista do Brasil e outras organizações revolucionárias, que se opunham sobretudo à orientação que prevalecia no PCB: era a questão da tática e da forma de luta; enquanto os primeiros defendiam a luta armada, os outros privilegiavam a chamada via pacífica para o socialismo.

Considerações finais

A abrangência destas notas sobre o marxismo no Brasil vai até as referências sumárias ao debate nas décadas de 1960 e 1970. O desenvolvimento posterior poderia indicar o declínio do marxismo na Universidade, que cresceu na década de 1980 e se acentuou nos anos 90, a forte influência do pensamento burguês, sobretudo o neoliberalismo, e a rejeição generalizada do pensamento de influência leninista. Aqueles anos assistiram à crise do socialismo no Leste Europeu, ao declínio da influência eurocomunista e à acentuada crise do marxismo.

Poderia indicar, também, o renascimento da influência marxista nas décadas seguintes, marcadas pelo crescente declínio da influência neoliberal e pela retomada dos estudos sobre Marx, principalmente depois da crise econômica mundial iniciada em 2007/2008.

No Brasil, foram anos também da retomada dos estudos sobre a formação social brasileira, com ênfase no estudo da dialética (como recomendava João Amazonas), e pelos esforços para o desenvolvimento de um marxismo com feições brasileiras. Mas estes são estudos para um próximo estudo, que permita aprofundar estes temas e dar conta da ampla difusão que o pensamento de Karl Marx conhece no Brasil de hoje.

Referências

AGUIAR, Ronaldo Conde. O rebelde esquecido – tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro, Topbooks, 2000.

ALVES FILHO, Aluizio. Pensamento Político no Brasil: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979.

BAHIA, Sabino. “Preparação, formação e educação dos quadros do partido” (intervenção no IV Congresso). In *Problemas - revista mensal de cultura política*. Nº 64, dez/1954-jan/1955.

BANDEIRA, Moniz. O ano vermelho. A revolução russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1980.

BARRIGUELLI, José Cláudio. "Intérpretes & intrépidos". In *Cadernos do Arquivo de História Contemporânea*, n.º 1, São Carlos (SP), Ufscar, dez/1984.

BRANDÃO, Octávio. “O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa”. In Zaidan Filho, Michel. *PCB (1922-1929) – na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo, Global, 1985.

BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2006.

- CARONE, Edgard. *Da esquerda à direita*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991.
- CARONE, Edgard. *O marxismo no Brasil (das origens a 1964)*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. A Influência das idéias socialistas no pensamento político brasileiro – 1890 / 1922. São Paulo, Edições Loyola, 1978.
- CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
- CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1985.
- DEL ROIO, Marcos. “A formação de um quadro dirigente do PCB”. In Pinheiro, Paulo Sérgio, e Del Roio, Marcos (orgs.). *Combates na história – a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro / São Paulo, Paz e Terra / Fapesp, 1990.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974.
- Jardim, Antônio da Silva. *Propaganda republicana (1888-1889)*. Discursos, opúsculos, manifestos e artigos coligidos, anotados e prefaciados por Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.
- KONDER, Victor Márcio. *Militância*. São Paulo, Editora Arx, 2002.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos – memória de militância*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MARX, Karl. “Crítica da filosofia do direito de Hegel – Introdução”. In *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, Boitempo, 2005.
- MORAES FILHO, Evaristo (org). *O socialismo brasileiro*. Brasília, Editora UNB, 1981.
- MORAES, José Geraldo Vinci de, e Rego, José Márcio. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 2002.
- PEREIRA, Astrojildo. “A formação do PCB”. In *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.
- PEREIRA, Astrojildo. “Silvério Fontes, um pioneiro do Marxismo no Brasil”, in *Estudos Sociais*, nº 12.
- PEREIRA, Astrojildo. “Três notas sobre o ‘Manifesto Comunista’”. In *Crítica impura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Paixão e morte de Silva Jardim*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- ROMERO, Sílvio. *Introdução a Doutrina contra doutrina*. São Paulo, Cia das Letras, 2001.

VELHO, Otávio. *A terceira margem de RCO*. Revista Mana vol.14 n° 2 Rio de Janeiro, Outubro de 2008. In http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000200012&lng=en&nrm=iso

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1991.